

A definição do local do assentamento para os deslocados de Chã das Caldeiras será decidida dentro de três semanas, após a realização de mais um estudo para se ter a percepção das pessoas sobre novo aldeamento, anunciou o primeiro-ministro. Durante a cerimónia do encerramento do fórum de reconstrução da ilha do Fogo, realizado nos dias 02 e 03 de Março, na cidade de São Filipe, José Maria Neves disse que a grande prioridade é a definição do assentamento urbano, sendo que o novo inquérito será realizado nas próximas duas semanas. “A decisão será necessariamente política, tendo em conta todos os riscos geofísicos, geoquímicos, geodésicos e outros”, disse José Maria Neves, indicando que nas próximas semanas, além da definição do espaço para albergar o novo assentamento urbano, o Governo vai também decidir sobre os condicionantes ligados à utilização de Chã das Caldeiras, já que se está numa ilha com alto potencial de riscos e está em causa a necessidade de todos e cabe ao Governo defender os interesses públicos. Outro compromisso assumido pelo chefe do Governo é que na próxima semana terão início as obras de reabilitação e ampliação das 110 moradias construídas na sequência da erupção vulcânica de 1995, em Monte Grande (70) e Achada Furna (40) e que assim que for definido o espaço para novo assentamento será discutido com a população as condições de utilização das casas situadas nas duas localidades e que serão alvos de intervenção. O primeiro-ministro afirmou que vai ser celebrado um termo de compromisso com as pessoas porque, conforme explicou, o país não dispõe de recursos para reabilitar as casas para depois serem abandonadas como aconteceu depois da erupção de 1995, acrescentando que o governo está a trabalhar para garantir habitação condição e há-de responsabilizar os beneficiários. Em relação à produção de vinho deste ano o Governo vai discutir com a associação dos produtores todos os aspectos operacionais para a produção, na impossibilidade da utilização da adega de Monte Barro, da Associação de Desenvolvimento de Solidariedade Económica (ASDE) e na impossibilidade de construção da nova adega. Relativamente à agricultura, pecuária, actividade agro-industrial, o primeiro-ministro disse que serão identificadas, perto do assentamento, propriedades agrícolas para serem parceladas e distribuídas às famílias para desenvolvimento das actividades agro-pecuárias, assim como apoiar com actividades geradoras de rendimento, criação de condições e mecanismos de compensação às pessoas que investiram em Chã das Caldeiras e tiveram perdas. Igualmente é necessário, segundo José Maria Neves, “fazer uma avaliação das condições do desenvolvimento do turismo, envolvendo as autoridades municipais e departamento central do sector”, visando a definição de uma agenda turística para a ilha do Fogo. Outras questões foram abordadas no encerramento do fórum pelo primeiro-ministro, como sejam a água, saneamento, educação, energias que, segundo José Maria Neves, não podem ser pensada de forma avulsa, mas integrado num plano mais alargado para o desenvolvimento da ilha. Carlos Fernandinho Teixeira, edil dos Mosteiros, em nome dos autarcas do Fogo, congratulou-se com os resultados do fórum que permitiu identificar os principais eixos de desenvolvimento da ilha. O autarca solicitou a união de todos os fogueenses, notando que “a desgraça deve servir para unir a todos”, independentemente do calendário eleitoral ou dos mandatos, indicando que é necessário desfazer algumas apreciações e julgamentos efectuados em relação a erupção de 2014. Quanto às recomendações, o documento apresentado no fórum foi meramente indicativo e será completado com a introdução das correcções propostas pelos participantes. Para muitos dos participantes, sobretudo os originários de Chã das Caldeiras, o fórum serviu como uma espécie de antecâmara para elencar um conjunto de questões que poderão servir para encontrar soluções para os seus problemas e para o desenvolvimento da ilha no horizonte 2015/30. Fonte: Inforpress Partilhe